

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.023 - PE (2019/0303463-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : MARCIO ESTEVAO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : ANTÔNIO ARTUR RAMOS DOS SANTOS - PE027141
RICARDO ALEXANDRE DA COSTA - PE040008
MARIA DOS ANJOS DA SILVA SANTOS - PE032696
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MARCIO ESTEVAO DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no julgamento do HC n. 0005782-13.2018.8.17.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 17/12/2018 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 288 do Código Penal (associação criminosa). O pedido de revogação de prisão foi indeferido.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 85):

HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. OPERAÇÃO "TOCANDIRA I". ORGANIZAÇÃO ESPECIALIZADA EM ROUBO E ADULTERAÇÃO DE VEÍCULOS, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, LATROCÍNIO, TRÁFICO DE ENTORPECENTES E HOMICÍDIO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. A organização criminosa desbaratada pela Operação Tocandira I, em que o paciente foi preso temporariamente, e após, preventivamente, possui estrutura e hierarquia, com funções bem definidas, atuando no planejamento e execução dos crimes de homicídios em característica de pistolagem, roubo e adulteração de veículos, falsificação de documento publico, latrocínio e tráfico de entorpecentes;

2. A prisão preventiva não afronta o princípio da presunção de inocência. Trata-se de recurso urgente, provisório e excepcional, que visa a garantir o trâmite regular do processo;

3. Ordem denegada.

No presente recurso, a defesa sustenta a ilegalidade da prisão preventiva imposta ao recorrente. Aduz ser primário, trabalhador honesto, de bons antecedentes e conduta ilibada, endereço certo e reside com a família. Sustenta que não há demonstração de circunstâncias concretas que indiquem a necessidade da segregação e a presença dos

Superior Tribunal de Justiça

requisitos previstos no art. 312 do CPP. Ressalta afronta ao princípio da presunção de inocência.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso traz pedido idêntico ao formulado no HC 501.083/PE, ainda em trâmite perante esta Corte Superior, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça de Pernambuco no *Habeas Corpus* n. 0005782-13.2018.8.17.0000.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste reclamo, reservo a análise da controvérsia aos autos da primeira impetração.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.

MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Por tais razões, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator